



Considerando a alteração promovida pelo Decreto 8.757, de 10 de maio de 2016, publicado no DOU de 11.05.2016, na redação do art. 64, par. único, do Decreto 86.715/1981, que transfere o início do pedido de prorrogação de estada temporária - item V - para o Ministério do Trabalho, DETERMINO o arquivamento do presente processo, facultando-se à parte interessada a apresentação de novo pedido perante aquele Ministério, devendo fazer prova da data do protocolo e da taxa recolhida no pedido original.

Processo Nº 08505.044638/2016-59 - SUSAN ALILE ANDERSON

INDEFIRO os pedidos abaixo relacionado, tendo em vista, que os requerentes não preenchem os requisitos previstos no art. 1º, da Resolução Normativa nº 06/97 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08495.300246/2016-41 - NABIL YOUSSEF

Processo Nº 08495.300245/2016-05 - CHOUKRIEH MOU-SA

Processo Nº 08495.300274/2016-69 - NABILA YOUSIF

JOSE AUGUSTO TOME BORGES
Substituto

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.780, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS/SGEP/MS) para o período de 1º de outubro de 2016 a 31 de março de 2017, para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 30 da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS) no âmbito do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS);

Considerando o Decreto nº 6.552, de 1º de setembro de 2008, que regulamenta a GDASUS; e

Considerando a Portaria nº 465/GM/MS, de 26 de março de 2013, que fixa as regras e os critérios para a avaliação de desempenho individual e institucional para fins de percepção da GDASUS, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece as metas de desempenho institucional do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS/SGEP/MS) para o período de 1º de outubro de 2016 a 31 de março de 2017, para fins de percepção das parcelas mensais relativas à Gratificação de Desempenho de Atividade de Execução e Apoio Técnico à Auditoria (GDASUS).

Art. 2º As metas de desempenho institucional serão contabilizadas mediante pontuação das atividades de controle interno e cooperação técnica estabelecidas para cada unidade desconcentrada e para a unidade central do DENASUS, no termo do Anexo I, desde que as atividades sejam desenvolvidas dentro dos prazos fixados no art. 6º.

Parágrafo único. A atividade de auditoria terá pontuação correspondente, no mínimo, a 40% (quarenta por cento) da pontuação total da meta de ações de controle interno estabelecida no Anexo.

Art. 3º Para fins de cumprimento das metas de avaliação de desempenho institucional serão consideradas as seguintes atividades:

I - cooperação técnica, priorizando o fortalecimento do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) e a interação com os Conselhos de Saúde; e

II - atividades de controle interno:
a) auditoria;
b) visita técnica; e
c) verificação do cumprimento do Termo de Ajuste Sanitário (TAS).

Art. 4º Para o cumprimento das metas relacionadas às atividades de controle interno serão consideradas as atividades previstas no Plano Anual de Atividades do DENASUS - PAA, definidas conforme arts. 2º e 5º da Portaria nº 761/GM/MS, de 19 de abril de 2016.

Parágrafo único. Os programas, ações e serviços descritos neste artigo não excluem outros que venham a ser demandados ou planejados pelo Ministério da Saúde.

Art. 5º As metas de desempenho institucional definidas no Anexo I serão contabilizadas da seguinte forma:

I - cooperação técnica: 1 (um) ponto;
II - auditoria: 1 (um) ponto;
III - visita técnica: 0,25 (vinte e cinco centésimos) pontos;

e

IV - verificação do cumprimento do TAS: 0,50 (cinquenta centésimos) pontos.

Art. 6º Para aferição do cumprimento de metas, as atividades definidas no art. 3º deverão ser encerradas nos seguintes prazos, contados a partir da data programada para finalização do relatório preliminar:

I - auditoria: até 60 (sessenta) dias; e
II - cooperação e visita técnica: até 30 (trinta) dias.
§ 1º Havendo concessão de prorrogação de prazo para apresentação de justificativa, renotificação ou nova notificação, os dias prorrogados limitar-se-ão a 30 (trinta) dias para auditoria e 15 (quinze) para as demais atividades, acrescidos ao prazo inicial previsto nos incisos I e II do "caput".

§ 2º O período de permanência da auditoria e das demais atividades no âmbito da unidade central do DENASUS/SGEP/MS, para fins de análise e encerramento, limita-se a 15 (quinze) dias, não sendo computado nos prazos previstos no "caput".

§ 3º A reprogramação da fase de relatório deverá ser utilizada em casos excepcionais, devidamente justificados no SI-SAUD/SUS.

Art. 7º Caberá ao Diretor do DENASUS/SGEP/MS homologar o resultado da avaliação de desempenho institucional.

Art. 8º Os casos omissos e as dúvidas sobre o cumprimento das metas de desempenho institucional serão resolvidos pelo Diretor do DENASUS/SGEP/MS.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Ciclos	2º ciclo - 1º de outubro de 2016 a 31 de março 2017	
UF	Pontos Cooperação Técnica	Pontos atividade de controle
AC	2	5
AL	2	12
AM	2	4
AP	2	5
BA	2	25
CE	2	25
DF	2	5
ES	2	15
GO	2	25
MA	2	25
MG	2	20
MS	2	15
MT	2	10
PA	2	16
PB	2	15
PE	2	10
PI	2	10
PR	2	22
RJ	2	30
RN	2	10
RO	2	5
RR	2	4
RS	2	25
SC	2	25
SE	2	13
SP	2	25
TO	2	5
Total	54	406
Total pontos/ciclo		460

PORTARIA Nº 1.782, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Desabilita e habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de São Paulo (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e suas formas de financiamento;

Considerando o Ofício nº 94/2016/SMS que solicita a transferência de habilitação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) do Município de São Paulo (SP); e

Considerando a alteração promovida pelos gestores Municipais no cadastro dos estabelecimentos de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Ficam desabilitados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde, conforme descrito no Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam habilitados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) das Unidades de Saúde, conforme descrito no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO I

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	355030	SAO PAULO	HOSPITAL DIA DA REDE HORA CERTA BUTANTA	2027240	Municipal	I
			UBS JOAQUIM ANTONIO EIRADO	2027631		II
			UBS AE CEO NISA DR WALTER ELIAS	2091712		II
			UBS MARIA CECILIA DONNANGELO	2788071		II
			AMA UBS INTEGRADA ANHANGUERA	2788241		II
			AMA UBS INTEGRADA PO STO ANTONIO	2788454		II
			AMB ESPEC DR MILTON ALDRED	2751909		II
			UBS PQ ARARIBA	2788268		II
			AMB ESPEC V PARANAGUA CEO	2751836		II
			NIR CIDADE TIRADENTES	5468094		II
			AE SAO CARLOS	4050312		II
			AMA UBS INTEGRADA JD SAO FRANCISCO II	2788527		II
			AMB ESPEC JOSE BONIFACIO IV CEO	2751895		I
			HOSPITAL DIA DA REDE HORA CERTA SAO MIGUEL TITO LOPES	2751976		I
			HD DA REDE HORA CERTA IPIRANGA FLAVIO GIANNOTTI CEO II	2751860		II
			UBS V BERTIOGA DOMINGOS DELASCIO CEO TIPO II	2752344		II
			AMA UBS INTEGRADA V CARRAO DR ADHEMAR MONTEIRO PACHECO	2752352		II
			AMA UBS INTEGRADA DR GERALDO DA SILVA FERREIRA CEO II	2042991		II
			AMB ESPEC DR ALEXANDRE K YASBECK CECI CEO TIPO I	2751844		I
			AMBULATORIO ESPECIALIDADES SAPOPEMBA CEO TIPO I	2751968		II

ANEXO II

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO
SP	355030	SAO PAULO	CEO II BUTANTA	9010211	Municipal	I
			CEO SANTANA	7988176		II
			CEO CASA VERDE	9010238		II
			CEO II FREGUESIA DO O BRASILANDIA	9014721		II
			CEO PIRITUBA	7999100		II
			CEO II M BOI MIRIM	9008438		II
			CEO II CAPELA DO SOCORRO	7975465		II



	CEO II CAMPO LIMPO	7975457	II
	CEO II ERMELINO MATARAZZO	7979363	II
	CEO II CIDADE TIRADENTES	7975430	II
	CEO II GUAIANASES	7975449	II
	CEO II SAO MATEUS	7979355	II
	CEO II ITAQUERA	7975414	I
	CEO II SAO MIGUEL	7975473	I
	CEO II IPIRANGA	7987846	II
	CEO II VILA BERTIOGA	7988141	II
	CEO II VILA CARRAO	9021752	II
	CEO II JABAQUARA	9026517	II
	CEO TIPO I VILA MARIANA	9026525	I
	CEO II VILA PRUDENTE	9021701	II

PORTARIA Nº 1.783, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica; Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011; Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base de cadastral para o SIAB; Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve: Art. 1º Fica suspensa, na competência financeira de julho de 2016, a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde dos Municípios que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES, relacionados no anexo a esta Portaria. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFRB	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	120038	PLACIDO DE CASTRO	0	0	0	1	0	0
AL	270030	ARAPIRACA	1	0	0	1	0	6
AL	270230	CORURIBE	1	0	0	1	0	8
AL	270660	PAULO JACINTO	1	0	0	1	0	9
AM	130353	PRESIDENTE FIGUEIREDO	0	0	0	1	0	0
AM	130420	TEFE	0	0	0	0	0	1
AP	160030	MACAPÁ	1	0	0	0	0	5
AP	160060	SANTANA	1	0	0	1	0	5
BA	290040	AGUA FRIA	1	0	0	1	0	8
BA	290270	BARRA	1	0	0	0	0	10
BA	290340	BELMONTE	1	0	0	1	0	2
BA	290570	CAMACARI	0	0	0	1	0	0
BA	290650	CANDEIAS	0	0	0	1	0	0
BA	290710	CARINHANHA	1	0	0	1	0	6
BA	290860	CONDE	2	0	0	0	0	15
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2	0	0	2	0	10
BA	291100	FLORESTA AZUL	1	0	0	1	0	7
BA	291700	ITIUBA	1	0	0	0	0	5
BA	291840	JUAZEIRO	0	0	0	2	0	0
BA	291845	JUCURUCU	0	0	0	1	0	0
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	1	0	0	0	0	6
BA	292030	MALHADA DE PEDRAS	1	0	0	1	0	5
BA	292100	MATA DE SAO JOAO	0	0	0	1	0	0
BA	292150	MONTE SANTO	0	0	0	1	0	0
BA	292250	NAZARÉ	1	0	0	0	0	4
BA	292525	PONTO NOVO	0	0	0	1	0	0
BA	292620	RIACHAO DAS NEVES	0	0	0	1	0	0
BA	292740	SALVADOR	1	0	0	3	0	7
BA	292910	SAO FELIPE	0	0	0	0	0	1
BA	293170	TERRA NOVA	0	0	0	1	0	0
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	1	0	0	1	0	10
CE	230090	APUIARES	1	0	0	1	0	5
CE	230190	BARBALHA	1	0	0	1	0	6
CE	230350	CASCADEL	1	0	0	1	0	7
CE	230370	CAUCAIA	1	0	0	0	0	10
CE	230660	ITATIRA	1	0	0	1	0	5
CE	230710	JARDIM	1	0	0	1	0	8
CE	230840	MISSAO VELHA	1	0	0	1	0	4
CE	231070	PENTECOSTE	0	0	0	1	0	0
CE	231190	SABOEIRO	1	0	0	0	0	6
CE	231290	SOBRAL	0	0	0	1	0	0
CE	231350	TRAIRI	0	0	0	1	0	0
CE	231380	URUBURETAMA	0	0	0	2	0	0
CE	231390	URUOCA	0	0	0	1	0	0
CE	231395	VARJOTA	0	0	0	1	0	0
ES	320050	APIACA	1	0	0	1	0	7
ES	320140	CASTELO	0	0	0	1	0	0
ES	320320	LINHARES	1	0	0	0	0	6
ES	320530	VITÓRIA	1	0	0	0	0	3
GO	520430	CACU	1	0	0	1	0	3
GO	520870	GOIANIA	0	0	0	0	0	1
GO	521000	INHUMAS	0	0	0	0	0	1
GO	521150	ITUMBIARA	1	0	0	0	1	8
GO	521460	NIQUELANDIA	0	0	0	0	1	0
GO	521910	SANTA BARBARA DE GOIÁS	1	0	0	0	1	6
GO	522185	VALPARAISO DE GOIÁS	1	0	0	0	0	6
MA	210015	AGUA DOCE DO MARANHÃO	0	0	0	0	1	0
MA	210083	APICUM-AÇU	1	0	0	0	0	3
MA	210220	BURITI	1	0	0	0	0	10
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	1	0	0	1	0	10
MA	210530	IMPERATRIZ	1	0	0	1	0	8
MA	210805	PAULINO NEVES	0	0	0	1	0	0
MA	210945	RAPOSA	2	0	0	2	0	12
MA	210980	SANTA HELENA	0	0	0	1	0	0
MA	211060	SAO BERNARDO	1	0	0	2	0	9
MA	211160	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	1	0	0	0	0	8
MG	310160	ALFENAS	1	0	0	1	0	6
MG	310370	ARAPONGA	1	0	0	1	0	4
MG	310500	BALDIM	1	0	0	0	1	4
MG	310620	BELO HORIZONTE	2	0	0	1	0	8
MG	310630	BELO ORIENTE	1	0	0	0	1	6
MG	310670	BETIM	1	0	0	0	0	6